

# A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO BRASIL SOB A ÉGIDE DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS\*

Lucas Augusto Ferreira Oliveira<sup>1</sup>

## 1. Introdução

O propósito deste estudo é investigar a precarização do trabalho docente sob a ótica das atuais políticas neoliberais. Um dos aspectos centrais a serem considerados é a mercantilização do sistema educacional, caracterizada pela priorização de objetivos de mercado, o que resulta na descaracterização do papel emancipatório da educação e na dificuldade de promover uma sociedade mais equitativa e analítica.

Além disso, busca-se analisar a compatibilidade teórica entre o neoliberalismo e as intrincadas relações sociais e políticas, suscitando questionamentos sobre a possibilidade de estabelecer uma ordem social verdadeiramente justa dentro dos paradigmas liberais.

A prática laboral teve início nos estágios iniciais da história da humanidade, quando as interações entre os seres humanos e o ambiente ao seu redor surgiram com o propósito de obter os recursos essenciais necessários para a sobrevivência. Para Marx (2011, p. 96), por meio do trabalho, os seres humanos alteram o ambiente natural visando garantir a continuidade de sua existência, distinguindo-se das demais formas de vida por sua habilidade em antecipar necessidades, sejam elas de ordem fisiológica ou psicológica. Segundo a perspectiva marxista, o trabalho desempenha um papel primordial na articulação das relações entre o indivíduo, o meio ambiente natural e a estrutura social, englobando relações particulares de produção que são influenciadas pelos processos de poder e dominação.

Enquanto a capacidade humana de antecipação conduziu à construção de uma sociedade caracterizada por uma vida material permeada por interações e processos produtivos altamente complexos, o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo foram impulsionados pela separação entre a força de trabalho e os meios necessários para sua realização, forçando a classe trabalhadora a alienar sua mão de obra para assegurar sua subsistência (Marx, 2011, p. 184). Nessa perspectiva, o trabalho adquiriu uma natureza alienante, caracterizada pela separação dos trabalhadores tanto do fruto de seu trabalho quanto do próprio processo produtivo, resultando em uma sensação de desconexão e na perda de autonomia sobre suas próprias vidas.

O paradigma capitalista, cujo cerne repousa na exploração da mão de obra, propicia a precarização do trabalho como uma decorrência intrínseca, impelida pela maximização dos lucros mediante a diminuição dos ônus trabalhistas. Tal fenômeno manifesta-se na progressiva privação dos trabalhadores de suas dimensões humanas e dos direitos

---

\* DOI - 10.29388/978-65-6070-028-4-0-f.110-126

<sup>1</sup> Doutorando em Educação e Mestre em Comunicação e Tecnologias pela Universidade Federal de Uberlândia (FACED/UFU). Pós-graduado em Hospitality Management pela University of Central Florida (Rosen College/UCF) e em Marketing e Vendas pela Universidade Anhanguera-Uniderp. Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Estadual Paulista (FAAC/Unesp). Professor da ESAMC Uberlândia nos cursos de Design Gráfico, Jornalismo e Publicidade & Propaganda. E-mail: lucasafoliveira@gmail.com.

conquistados historicamente, delineando condições laborais caracterizadas pela fragilidade social, informalidade, temporariedade e instabilidade. De acordo com Antunes (2006, p. 209), embora o trabalho precário sempre tenha sido uma realidade no contexto capitalista, a precariedade assumiu um papel fundamental na lógica de dominação do capitalismo contemporâneo, deixando de ser um fenômeno marginal para se institucionalizar globalmente. Nesse sentido, “a incerteza objetiva resulta em uma insegurança subjetiva generalizada, que hoje afeta não só a totalidade dos trabalhadores, mas também aqueles que ainda não foram diretamente impactados” (Bourdieu, 1998, p. 121).

Para Barros (2021, p. 3), a prática docente emerge como uma atividade suscetível aos efeitos decorrentes de crises econômicas de larga escala, as quais frequentemente catalisam reformas trabalhistas caracterizadas pela diminuição dos direitos historicamente conquistados através de movimentos de classe. Tal evento evidencia-se pela crescente demanda por flexibilização nas relações laborais, diminuição das garantias e intensificação das exigências profissionais, em conformidade com os preceitos do neoliberalismo, os quais defendem a privatização e a redução da intervenção estatal na regulação econômica e social. Alves (2007, p. 125) endossa essa perspectiva ao ressaltar que a precarização do trabalho docente é percebida como uma manifestação da síndrome da insegurança de classe, caracterizada pela incerteza em relação ao emprego, à representatividade e aos contratos laborais, e possui suas bases materiais na intensificação da exploração da força de trabalho e na desarticulação de grupos de trabalho e resistência sindical-corporativa.

Nesse contexto, fica evidenciado que a precarização do trabalho docente faz parte de um projeto amplo de sociedade que privilegia o desenvolvimento econômico em detrimento de melhores condições de vida e trabalho para os cidadãos e, neste caso em especial, para os professores. A desvalorização, a desapropriação e a desqualificação do trabalho docente, a cada dia, intensificam-se, dadas as investidas neoliberais que se manifestam em ações do Estado. (Moura, 2019, p. 11)

Conforme ressaltado por Bernardes (2015, p. 31), as diretrizes ideológicas neoliberais propiciaram uma intensificação do processo de mercantilização das interações humanas, abrangendo diversos domínios sob a presunção de que a lógica de mercado e as transações econômicas têm o potencial de melhorar o bem-estar das pessoas, assumindo não apenas uma conotação econômica teórica, mas também uma dimensão ética de alcance universal. Diante disso, a deterioração das condições laborais dos profissionais do ensino é concebida como uma componente inerente ao sistema capitalista, no qual a educação é comumente abordada sob a ótica mercantilista, resultando na exploração frequente dos professores, assim como ocorre com outros trabalhadores.

No contexto brasileiro, a precarização do trabalho docente não constitui um fenômeno independente, mas surge como decorrência das ações neoliberais implementadas no país a partir da década de 1990. Tais políticas, caracterizadas pela sua orientação para a redução do intervencionismo estatal na economia, promoção da privatização, flexibilização das leis trabalhistas e busca pela eficiência econômica, exerceram um impacto significativo na esfera educacional, resultando em uma série de medidas que afetaram adversamente as condições de trabalho.

Considerando essas particularidades, verifica-se que no Brasil, a reestruturação produtiva, acompanhada da reforma do Estado esteve relacionada a um movimento maior, articulado às recomendações econômicas e políticas formuladas internacionalmente e assimiladas por meio de ajustes neoliberais como condição para que o país renegociasse sua dívida externa. [...] Sendo assim, aprovou várias medidas com o intuito de desregulamentar a economia, flexibilizar a legislação do trabalho, privatizar empresas estatais, reduzir os gastos públicos e promover a abertura do mercado para a entrada de investimentos transnacionais. [...] O governo promoveu reformas trabalhistas, aprovou a Lei do Trabalho Temporário em 1998, enfatizou a flexibilidade dos contratos de trabalho e o processo de terceirização, como forma de possibilitar maior “liberdade” nas negociações entre patrão e empregado. (Maroneze, 2011, p. 62)

A presente conjuntura ocasiona um impacto de magnitude significativa não somente no âmbito profissional dos educadores, mas também na qualidade geral do sistema educacional, com consequências adversas no desempenho dos alunos e na perpetuação das disparidades sociais. Inicialmente, é imperativo reconhecer que a excelência da educação está intrinsecamente ligada à condição dos profissionais que a compõem.

A ausência de estímulos adequados, a sobrecarga de trabalho e a insuficiência de investimentos não apenas prejudicam a saúde física e mental dos professores, mas também impactam diretamente a qualidade do ensino ofertado. Ademais, a disparidade de vivências enfrentadas pelos professores, particularmente aqueles inseridos em contextos públicos e desfavorecidos, amplifica a desigualdade social, contribuindo para a manutenção de um sistema educacional injusto, que nega oportunidades equitativas de aprendizagem e desenvolvimento a todos os indivíduos.

Além disso, a desvalorização da profissão docente afasta talentos em potencial e estimula a saída de profissionais experientes, comprometendo não apenas a formação das futuras gerações, mas também a capacidade do país de competir em um ambiente global cada vez mais desafiador e competitivo.

Portanto, a compreensão e a abordagem da precarização do trabalho docente no contexto neoliberal brasileiro emergem como elementos fundamentais para fomentar uma educação de alta qualidade e para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do país, desafio complexo que demanda a colaboração entre o Estado, a sociedade civil e os profissionais da educação.

## **2. A educação no contexto neoliberal**

O liberalismo surge como a base ideológica adotada pela burguesia a partir do século XVIII no processo de superação das estruturas do feudalismo, do mercantilismo e das formas sociais pré-capitalistas. Trata-se de uma corrente política, econômica e moral, cuja fundamentação teórica tem como pilares a defesa da liberdade individual, o consentimento dos governados e a igualdade perante a lei. Na época, a adesão a essa teoria tornou-se mais proeminente entre filósofos e economistas que questionavam as normas

sociais vigentes, incluindo o privilégio hereditário, a monarquia absolutista e o direito divino dos reis.

As origens do liberalismo devem ser buscadas nas lutas travadas pela burguesia contra a nobreza feudal. No entanto, a expressão teórica, entendida como a “certidão de nascimento” do pensamento liberal surge no final do século XVII com John Locke, representante da nova classe em ascensão, classe essa que, enriquecida com a especulação e os negócios, buscava garantias contra os abusos do Estado Absolutista. [...] Segundo Locke, a existência do indivíduo é precedente ao nascimento da sociedade e do Estado. Na sua concepção individualista, os homens viviam originalmente num estágio pré-social e pré-político, caracterizado pela mais perfeita liberdade e igualdade, denominado estado de natureza. O mesmo princípio se aplica à propriedade, que no entendimento de Locke, já existe no estado de natureza e, sendo uma instituição anterior à sociedade, é um direito natural do indivíduo que não pode ser violado pelo Estado [...], pois a terra fora dada por Deus em comum a todos os homens. No entanto, aqueles que incorporavam o trabalho à matéria bruta e que se encontravam em seu estado natural, o homem a tornava sua propriedade privada, estabelecendo sobre ela um direito próprio do qual estavam excluídos todos os outros homens. (Gomes, 2013, p. 153)

Uma das premissas fundamentais do liberalismo clássico reside na promoção da limitação do poder estatal, perspectiva defendida por intelectuais notáveis, como John Locke e Montesquieu. Estes pensadores propuseram a implementação da separação de poderes como um mecanismo preventivo contra o autoritarismo, visando resguardar os direitos individuais.

Adicionalmente, sustenta a concepção de um mercado livre e competitivo, no qual a interação voluntária entre compradores e vendedores, desprovida de intervenção estatal excessiva, é concebida como um meio eficaz para alcançar a eficiência econômica e maximizar o bem-estar. Cabe salientar que, na visão do liberalismo clássico, a intervenção estatal é justificada exclusivamente para garantir os direitos de propriedade individuais.

Em termos mais precisos, o Estado não deve intervir nas relações interpessoais, especialmente nas esferas econômicas. Contudo, é aceitável a intervenção estatal quando se objetiva mitigar conflitos que representem uma ameaça à ordem econômica (Gomes, 2013, p. 159).

No século XVIII, o filósofo holandês-britânico Bernard Mandeville apresentou uma perspectiva provocativa acerca da sociedade e da moralidade. Sua argumentação sustentava que as ações egoístas e motivadas pelo interesse próprio, comumente percebidas como vícios, desempenham, na realidade, um papel benéfico para o bem-estar geral da sociedade.

Mandeville desafiou as concepções tradicionais de virtude e moralidade, propondo que a busca individual pelo prazer e interesse próprio, quando disseminada por toda a sociedade, culmina em um funcionamento mais eficaz e próspero. Segundo Ferraro (2009, p. 311), a contribuição de Mandeville à teoria econômica pode ser identificada em dois aspectos específicos. Primeiramente, destaca-se sua participação na formulação da teoria da divisão do trabalho, posteriormente consolidada por Adam Smith como um dos pilares do pensamento econômico moderno. Em segundo lugar, sua obra é reconhecida como uma

das fontes literárias essenciais que fundamentam a doutrina do *laissez-faire*, política de não intervenção governamental nos assuntos econômicos, permitindo que os mercados funcionem livremente, sem regulamentação ou interferência estatal significativa.

Para Mandeville, é o mercado que deve regular a educação, e esta nunca deveria ser gratuita: “Eu consideraria a questão de saber ler e escrever como fazemos com a música e a dança: não importaria à sociedade o seu conhecimento, nem o dificultaria; sempre que fosse possível obter alguma vantagem disto, haveria número suficiente de mestres para ensinar; no entanto, não se deve ensinar nada de graça, a não ser na Igreja.” (idem, *ibidem*, p.197) Para o autor, a maioria da nação deveria ser constituída de “trabalhadores pobres, alheios a tudo o que não seja o seu trabalho”, uma vez que “ninguém que possa evitá-lo fará o trabalho sujo e abjeto”. (Ferraro, 2009, p. 312)

Posteriormente, Adam Smith, um dos principais expoentes do liberalismo clássico, sustentou que “o livre mercado, como prática nas relações econômicas, e o individualismo, como valor de conduta nas relações sociais, impulsionariam o desenvolvimento e seriam catalisadores da entificação de uma sociedade de maior abundância” (Azevedo, 2021, p. 75).

Enquanto Mandeville dedicava-se à abordagem da pobreza, Smith direcionava sua atenção à análise da riqueza, especialmente a riqueza nacional, que se manifestava de maneira inédita na Inglaterra, e considerava as novas exigências educacionais decorrentes do processo econômico em curso. Nesse contexto, o filósofo escocês reconhecia a possibilidade de intervenção do poder público com o propósito de facilitar, incentivar e, em certos casos, impor a necessidade da aquisição dos elementos essenciais da educação para toda a população (Ferraro, 2009, p. 316).

Adam Smith argumenta que, mesmo na ausência de benefícios diretos para o Estado decorrentes da instrução das camadas inferiores da sociedade, é imperativo que o governo demonstre interesse em evitar que tais classes se encontrem completamente ignorantes e sustenta a posição de que a educação deve ser conduzida pelo Estado, embora de forma parcimoniosa, assemelhando-se a um tratamento homeopático, administrado em doses suficientes para mitigar a ignorância entre as “camadas inferiores” (Azevedo, 2021, p. 95).

Aquilo que hoje se conhece como escola é produto e, ao mesmo tempo, elemento constituinte da sociedade burguesa que se veio formando desde a Baixa Idade Média, isto é, desde a travessia do ano mil. Já na Idade Moderna, mais especificamente a partir da segunda metade do século XVII, e tendo em John Locke seu mito fundador, o liberalismo passou a constituir-se na ideologia da burguesia em ascensão e do modo de produção capitalista em expansão. O Iluminismo, por sua vez, é o pensamento filosófico que caracteriza e anima o período das grandes revoluções do século XVIII, que acabaram por alçar a burguesia como classe social ao domínio econômico e, por fim, ao domínio político e cultural. (Ferraro, 2009, p. 308)

Dois séculos mais tarde, com o objetivo de aumentar sua acumulação de riquezas, as nações desenvolvidas adotaram políticas de liberalização dos mercados e introduziram novos paradigmas na estruturação da produção, caracterizados pela flexibilidade nos padrões de consumo. Nesse contexto, as estratégias de orientação neoliberal desempenharam um papel crucial na reconfiguração do mercado, isto é, o Estado neoliberal foi proeminente na promoção dos interesses do capital, promovendo a desarticulação das relações de trabalho e criando as condições propícias para que o capital enfrentasse cada vez menos obstáculos à sua expansão (Maroneze, 2011, p. 60).

No contexto brasileiro, a ampliação de novas modalidades de trabalho é interpretada como uma consequência da histórica dependência em relação aos países desenvolvidos e de um sistema de proteção social enfraquecido por interesses imperialistas. Durante os ajustes estruturais ocorridos na década de 1990, as políticas educacionais foram concebidas com uma ênfase predominantemente econômica, visando à entrada no mercado e à valorização do corpo docente, que se restringiu a uma cultura de desempenho, manipulando a subjetividade para obter a adesão aos objetivos reformistas.

O Brasil não passou ileso – mesmo que, nos pós II guerra até os anos de 1980 não tenha vivido um Estado de bem-estar social em sua plenitude, e sim um arremedo. Os projetos dos governos, desde a década de 1990, materializados nas políticas neoliberais, são também financiados pelos organismos multilaterais e pelas grandes corporações, contribuindo para a expansão do grande capital privado nacional e internacional. (Sousa, 2023, p. 8)

De acordo com Gomes (2013, p. 165), no contexto neoliberal, caracterizado pela racionalização, desregulamentação, desestatização e liberalização, a educação foi concebida como um dos elementos integrantes da dinâmica competitiva da economia, não se limitando apenas a uma função de compensação das desigualdades sociais. Os profissionais da educação, como parte substancial da força de trabalho, passaram a enfrentar contradições em um sistema que privilegia o capital, relegando o trabalho humano a uma posição secundária, apesar de sua relevância para a reprodução do sistema capitalista.

Considerando que as políticas educacionais estão vinculadas a um contexto mais amplo, mediado pelas conexões que estabelecem com as políticas macroeconômicas verifica-se que as orientações políticas definidas nos documentos dos organismos internacionais, como: Banco Mundial (BM), Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), exerceram influência exemplar na definição das mudanças educacionais implementadas ao longo dos anos de 1990. Tais orientações nortearam os documentos oficiais do MEC na definição de uma nova agenda educacional que, alinhada aos pressupostos neoliberais, objetivou adequar à educação as deliberações advindas do mercado. (Maroneze, 2011, p. 63)

As políticas públicas implementadas pelo Governo Bolsonaro (2019-2022) também exerceram um impacto significativo no dismantelamento e na deterioração das condições laborais dos profissionais docentes. Conforme apontado por Taffarel e Neves (2019, p. 313), a abordagem educacional adotada pelo ex-presidente é caracterizada por ideologias

“de extrema direita, neoliberal, ultraconservadora e protofascista”, manifestando-se em seis domínios distintos: (i) desresponsabilização do Estado quanto à sua obrigação de assegurar direitos; (ii) promoção da privatização do sistema educacional; (iii) ênfase na meritocracia nas avaliações e aprendizagens dos alunos, com ênfase em uma inclusão excludente, voltada para uma concepção de formação orientada ao mercado de trabalho, por meio de modalidades à distância e conteúdos mínimos; (iv) desqualificação dos profissionais da educação em seu processo de formação; (v) depreciação dos profissionais da educação por meio da precarização e terceirização do trabalho nas instituições de ensino; e (vi) subvalorização da docência, abrangendo desde a formação inicial até a formação contínua, depreciando o trabalho dos professores, as condições laborais, os salários, a progressão na carreira e a seguridade social, incluindo assistência, saúde e previdência.

Essas “reformas” são incorporadas nas políticas educacionais brasileiras e são justificadas, pelos liberais, graças ao fato de que a escola não ser plenamente regulada pelos princípios do livre mercado. Logo, o modelo de ensino passa a absorver características empresariais que corroborem com as demandas do grande capital, onde a diversidade de competências, o investimento no “capital humano” e a empregabilidade passam a ser o carro-chefe da formação do cidadão brasileiro. (Bernardes, 2015, p. 32)

O relatório Agenda 227, que analisa os atos normativos do governo federal e as proposições discutidas e aprovadas pelo Poder Legislativo nos últimos anos, evidencia diversas medidas, tais como a criação de escolas cívico-militares, a priorização do ensino domiciliar, a precarização das políticas de educação especial, os cortes no orçamento, os impactos do teto de gastos, a redução de investimentos na construção e manutenção de creches, a falta de acesso à internet para estudantes e professores, e a ausência de apoio do Ministério da Educação (MEC) durante e após a pandemia de covid-19 (Saldaña, 2022).

Assim, verifica-se que, em consonância com a reestruturação do ambiente laboral, o governo implementou modificações nas políticas sociais, reduzindo seus recursos e enfraquecendo suas iniciativas. Nesse contexto, a área da educação não ficou imune às transformações políticas e econômicas decorrentes do atual paradigma de acumulação capitalista.

No âmbito das políticas públicas e proposições para educação, o projeto neoliberal se assemelha muito aos seus objetivos econômicos e ideológicos, quais sejam: apresenta a escola independente das questões de classe, preconizando a ampliação do mercado livre, a redução da responsabilidade governamental para as questões sociais, o rebaixamento das expectativas das pessoas em termos de segurança econômica e o reforço do darwinismo econômico, ou seja, a seleção dos “mais capacitados”. Dito de outra forma, a escola deve se organizar para garantir e potencializar o desenvolvimento das “competências” dos alunos e o trabalho docente deve ocorrer de maneira a adaptar os educandos à realidade econômica competitiva do mercado. Nesse novo contexto, as ideias pedagógicas passam a assumir, no próprio discurso, o fracasso da escola pública, apresentado como reflexo da incapacidade do Estado de gerir o bem público. (Gomes, 2013, p. 161)

A educação, além de ser considerada um processo de transmissão de conhecimento e de integração cultural entre diferentes grupos geracionais, pode ser analisada sob uma perspectiva sociológica como um campo social sujeito a disputas. Nesse contexto, surgem competições pela aquisição de capital cultural e pelo reconhecimento social, entre outras dimensões. Sob um viés político, a educação é percebida como um bem público, possuindo características comuns e, portanto, é um direito social garantido pelo Estado, destinado a ser acessado de maneira universal, sem restrições ou exclusões, por todos os cidadãos (Azevedo, 2021, p. 93).

A instituição educacional continua a ser reconhecida como uma via para a mobilidade social e a democratização das oportunidades. Do ponto de vista da análise liberal, a educação é vista como um instrumento estratégico na organização social, tornando-se essencial a promoção e o estímulo dessa área. Mais especificamente, a intervenção no campo educacional visa, de forma clara, atender aos interesses empresariais e industriais, manifestando-se em duas dimensões principais: “a) aprimorar a capacidade das escolas em preparar seus alunos para a competitividade do mercado; b) alinhar a educação formal, incluindo a formação de professores e a elaboração de currículos, com o propósito de transmitir ideias que exaltem as virtudes do livre mercado e da livre iniciativa” (Gomes, 2013, p. 161).

### **3. Precarização e adoecimento**

A deterioração das condições laborais dos profissionais docentes no território brasileiro, resultante das políticas de cunho neoliberal, exacerbada pela gestão do Governo Bolsonaro e agravada pelo impacto da pandemia de covid-19, tem desencadeado uma conjuntura de extrema preocupação.

Segundo levantamento realizado pela pesquisa intitulada Saúde Emocional, conduzida entre agosto e setembro de 2021 com 3.839 docentes de 24 unidades federativas do país, 14% desses profissionais classificam sua saúde mental como “ruim” ou “péssima”, enquanto 31% relatam uma deterioração em seus quadros de distúrbios psíquicos, mentais e/ou cognitivos devido à pandemia.

Adicionalmente, constatou-se que mais da metade dos professores avaliados apresentam sintomas de ansiedade (55%), um terço está sob constante estresse (30%), 13% reportam sentir-se deprimidos e 16% já foram afastados de suas atividades escolares em decorrência de problemas emocionais (Salas, 2021).

Entretanto, conforme essa pesquisa, menos de um quarto dos entrevistados afirmam receber acompanhamento psicológico, enquanto menos de 5% têm acesso a tratamento psiquiátrico efetivo. A maioria dos profissionais (73%) declara não dispor de suporte para preservar sua própria saúde mental, apontando a escassez de recursos financeiros (31%) e a falta de tempo disponível (18%) como os principais motivos para tal situação.

Dentre os fatores responsáveis pelo aumento do contingente de profissionais educadores afetados por condições de saúde debilitadas, destacam-se a sobrecarga de obrigações laborais, a escalada dos índices de violência no ambiente escolar, a incerteza em relação às perspectivas futuras e a percepção de insegurança quanto à preservação e/ou



garantia dos direitos laborais. Esta vulnerabilidade no desempenho da função docente pode ser discernida tanto em função de suas características intrínsecas (tais como a flexibilização do emprego, o desemprego, a perda de autonomia e a carência de estímulo para a formação continuada), quanto mediante a análise de suas consequências (tais como a exaustão crônica, o sofrimento psíquico, o agravamento de enfermidades, o isolamento social e os conflitos interpessoais com alunos, colegas e gestores) (Salas, 2021).

De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Península (2021), provenientes de uma amostra composta por 2.557 profissionais da educação distribuídos em todos os estados brasileiros, observa-se que 57% dos docentes expressaram o desejo de receber suporte psicológico para lidar com as condições emocionais decorrentes do período pós-pandêmico. No entanto, apenas 31% afirmaram contar com algum tipo de assistência disponível nas instituições de ensino.

Um aspecto adicional de preocupação é o incremento de 20 pontos percentuais na percepção de sobrecarga emocional. Em maio de 2020, 35% dos participantes da pesquisa relataram sentir-se sobrecarregados; já em setembro de 2021, esse percentual saltou para 55%. Este cenário torna-se ainda mais inquietante ao indicar que 44% dos profissionais acreditam que os estudantes estão enfrentando dificuldades no relacionamento com seus professores e colegas, enquanto 53% percebem uma falta de motivação dos alunos em relação aos estudos.

Para além dos desafios inerentes à rotina profissional, os trabalhadores da área educacional enfrentam a necessidade de lidar com adversidades externas, entre as quais se destaca o aumento da agressividade e intolerância observado no comportamento dos estudantes. Tais manifestações frequentemente refletem o impacto do isolamento social, do luto pelas perdas ocorridas durante a pandemia e das dificuldades enfrentadas em seus lares durante esse período, como violência doméstica, instabilidade financeira e insegurança alimentar.

Em consonância com os dados apresentados, uma pesquisa realizada pelo Instituto Ayrton Senna em parceria com a Secretaria da Educação de São Paulo, conduzida de forma censitária no ano de 2021, pela primeira vez abrangendo 5.056 instituições de ensino e incluindo mais de 642 mil alunos, revelou que uma proporção superior a 60% dos estudantes relataram uma deterioração em sua capacidade de tolerância ao estresse, ao passo que mais de 50% afirmaram experimentar uma redução em sua capacidade de concentração após o período pandêmico (Palhares, 2022). Esses aspectos contribuem para estabelecer, em muitos casos, um ambiente escolar permeado por uma atmosfera hostil, intimidadora e tumultuada.

Conforme os dados fornecidos pela Secretaria da Educação de São Paulo, nos dois primeiros meses do ano letivo de 2022 foram registrados 4.021 casos de agressões físicas nas unidades estaduais, representando um aumento de 48,5% em relação ao mesmo período de 2019, último ano em que os alunos frequentaram as aulas presenciais em tempo integral. Em média, são reportadas 108 ocorrências por dia letivo nas cerca de 5.000 escolas que compõem a rede de ensino paulista. O referido relatório também destaca um aumento significativo de 225% nas ações violentas atribuídas a grupos ou gangues dentro das escolas, além de um crescimento de 52% nas ocorrências de ameaças (Palhares, 2022).

Por fim, a pesquisa Comunicação e Educação (Citelli, 2021), conduzida com a participação de 509 professores do ensino fundamental e médio, distribuídos em 23

estados brasileiros, revelou que um terço dos profissionais atualmente desempenha suas atividades em regime de meio período (33%), enquanto metade trabalha em tempo integral (50%), e 17% enfrentam uma jornada tripla. Devido à escassez de tempo, apenas 12% dos participantes conseguem dedicar mais de 10 horas por semana a atividades de lazer e esporte. Além disso, 86% dos entrevistados afirmam experimentar uma percepção de que o tempo está se esgotando rapidamente. Este sentimento é atribuído por 67% dos respondentes ao ritmo acelerado da vida contemporânea, por 42% ao excesso de demandas profissionais e também por 42% ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Diante deste cenário adverso, muitos professores encontram-se desamparados, incapazes de obter assistência psiquiátrica ou psicológica por meio dos serviços de saúde pública. Tal situação decorre tanto da escassez de unidades especializadas quanto da elevada demanda por atendimento, enquanto muitos carecem dos recursos financeiros necessários para acessar serviços hospitalares privados. Adicionalmente, para aqueles que já sofrem de transtornos mentais, como ansiedade, depressão, distúrbios alimentares, síndrome de burnout e síndrome do pânico, atrasos nos pagamentos salariais dificultam a aquisição de medicamentos, resultando em uma maior instabilidade emocional. Em virtude desses desafios, muitos professores buscam aumentar sua carga horária de trabalho na tentativa de melhorar sua situação financeira, o que contribui para um ciclo vicioso de precarização da profissão.

Ao mesmo tempo em que o sujeito docente teve sua condição de trabalho precarizada, como parte da reestruturação da escola no novo modelo de organização econômica, em especial nas últimas décadas do século passado, a própria situação de trabalhador escolar precarizado traz graves comprometimentos para a organização do ensino. (Paiva *et al.*, 1998)

Esses comprometimentos podem ser percebidos na sobrecarga de atividades, nas cobranças constantes, que subtraem o vigor e ânimo do professor, e no desenvolvimento de um estado de alienação e adoecimento físico e mental, quando na verdade o trabalhador deveria estar sendo capacitado nas mais diversas competências a fim de contribuir para a construção e transformação dos sujeitos rumo à humanização e à socialização. Os principais indicadores e categorias de transtornos mentais entre professores da Educação Básica no Brasil, bem como os fatores correlatos identificados por Nascimento e Seixas (2020), estão delineados no quadro a seguir:

Quadro 1 - Dimensões examinadas nos artigos brasileiros

AUTOR/ANO	RESULTADOS
Albuquerque <i>et al.</i> , 2018	Um estudo transversal foi conduzido utilizando a plataforma Limesurvey, com a participação de 1.201 professores da rede estadual de ensino do Paraná. Os resultados evidenciaram uma prevalência significativa de casos indicativos de distúrbios psíquicos entre os professores, sugerindo uma associação entre essa prevalência e diferentes formas de exploração no ambiente de trabalho. Foi observado que a carga horária semanal, o número de turmas por professor e o número de alunos por turma apresentaram uma relação positiva com a ocorrência de sofrimento mental.
Andrade & Falcão, 2018	Um estudo de natureza exploratória e descritiva foi conduzido com uma amostra de 172 professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental do município de

	Natal (RN). Os resultados revelaram que 22% dos docentes consideram-se insatisfeitos com o trabalho, enquanto 30,2% relatam sentir-se solitários no ambiente laboral. Além disso, 19,2% dos participantes demonstraram um perfil de risco psicossocial, caracterizado por uma alta demanda psicológica e baixa latitude de decisão.
Batista <i>et al.</i> , 2010	Um estudo de corte transversal foi conduzido com uma amostra composta por 265 professores pertencentes à rede municipal de João Pessoa (PB). Os resultados revelaram que 33,6% dos professores apresentaram um alto nível de exaustão emocional, 8,3% evidenciaram um alto nível de despersonalização e 43,4% demonstraram um baixo nível de realização profissional.
Batista, Carlotto & Moreira, 2013	Foi conduzido um estudo descritivo, retrospectivo, transversal e quantitativo, empregando uma amostra composta por 414 fichas médicas individuais de professores, abrangendo o período de 1999 a 2006, nas quais foram registrados diagnósticos de transtornos mentais que resultaram em afastamento do trabalho. Os resultados revelaram que a depressão foi responsável por mais da metade dos casos de afastamento entre os professores do ensino fundamental, com uma prevalência maior observada a partir dos 40 anos de idade.
Borba <i>et al.</i> , 2015	Um estudo descritivo, comparativo e transversal, com abordagem quantitativa, foi conduzido utilizando uma amostra composta por 117 professores do ensino fundamental, provenientes de escolas públicas e privadas de Porto Alegre (RS). Os resultados indicaram que não houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos de professores das escolas públicas e privadas. Esses achados sugerem que a prevalência da Síndrome de Burnout pode estar mais associada à natureza da profissão docente do que ao tipo de instituição escolar em que trabalham.
Brasil <i>et al.</i> , 2016	Um estudo de natureza qualitativa e exploratória foi conduzido em Fortaleza (CE) envolvendo a participação de 26 professoras de 19 escolas, distribuídas em três grupos focais distintos. Os autores chegaram à conclusão de que cargas de trabalho excessivas, condições de trabalho inadequadas e a falta de apoio institucional para a promoção da saúde dos professores são questões que exercem uma influência direta sobre o contexto escolar, bem como sobre a satisfação e a motivação desses profissionais.
Giannini, Latorre & Ferreira, 2012	Um estudo de caso-controle foi conduzido com uma amostra composta por 165 professoras diagnosticadas com distúrbios vocais e 105 professoras sem tal diagnóstico, que atuavam nos níveis de ensino infantil, fundamental e médio da rede municipal de São Paulo (SP). Os resultados do estudo confirmaram a associação entre distúrbios de voz e o estresse no ambiente de trabalho docente. Foi observada uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos de caso e controle em relação ao estresse no trabalho, especificamente na categoria de alta exigência, que se caracteriza pela combinação de alta demanda associada a baixo controle sobre as tarefas laborais.
Meira <i>et al.</i> , 2013	Um estudo de cunho qualitativo foi conduzido, compreendendo uma amostra de 12 professores pertencentes à rede estadual de ensino de um município da Bahia. Os relatos dos participantes delinearão um cenário marcado por uma alta demanda de atividades, acompanhada por sobrecarga física e mental, além de uma sensação de desvalorização profissional. A análise dos dados resultou na identificação de três categorias temáticas distintas: necessidades de mudanças no ambiente de trabalho, fatores que influenciam na saúde do professor e consequências do trabalho docente na saúde do profissional.
Silva & Almeida, 2019	Um estudo comparativo de corte longitudinal, utilizando uma abordagem de análise quantitativa, foi conduzido com uma amostra de 60 professores que lecionavam em turmas de ensino regular, distribuídos proporcionalmente em três grupos distintos: aqueles que ministravam aulas em turmas com e sem a presença de alunos com necessidades educacionais especiais, e aqueles que atuavam em salas de recursos, na rede Municipal de Ensino Fundamental de Bauru (SP). Os resultados indicaram que os professores que trabalhavam com a inclusão de alunos especiais em salas regulares (sem recursos adicionais) apresentaram escores mais elevados de esgotamento emocional e despersonalização. Por outro lado, o grupo que não trabalhava com inclusão apresentou escores mais altos de diminuição da realização profissional.
Silva <i>et al.</i> , 2017	Um estudo de natureza quantitativa e descritiva, realizado por meio de um

	levantamento survey, foi conduzido com uma amostra de 52 docentes de uma escola estadual localizada em Niterói (RJ). Os resultados da pesquisa apontaram uma suspeita de prevalência da síndrome de Burnout em 33 casos, representando 63,5% da amostra.
Silva, 2017	Um estudo qualitativo, exploratório e descritivo foi conduzido com uma amostra de 20 professores que lecionam em escolas de Ensino Fundamental em Rio Branco (AC). A pesquisadora conclui que as condições de trabalho dos professores podem influenciar tanto no processo de adoecimento quanto na dificuldade de cuidados com a saúde desses profissionais.
Silva, Bolsini-Silva & Loureiro, 2018	O estudo foi conduzido nos municípios da região central do interior do estado de São Paulo, utilizando a rede pública municipal de ensino como fonte de dados, especialmente nas escolas de ensino fundamental. A pesquisa contou com a participação de 100 professoras, selecionadas por meio de uma amostra de conveniência composta por docentes do ensino fundamental das séries do 2º ao 5º ano. No que diz respeito à síndrome de burnout, foi identificada uma prevalência de 29%, evidenciando distanciamento emocional em 40% dos casos, exaustão emocional em 37%, despersonalização em 22% e baixa realização pessoal em 11%. A depressão foi diagnosticada em 23% dos professores, destacando-se correlações positivas e fortes entre a depressão e as dimensões da síndrome de burnout.
Silveira, Enumo & Batista, 2014	Um estudo descritivo e correlacional foi realizado com 21 professores que lecionavam em salas de aula multisseriadas localizadas na zona rural de um município do interior do Estado do Espírito Santo, representando 78% do total de professores que atuavam nessas classes no referido município. Os resultados do estudo indicaram que os professores que tinham uma responsabilidade menos fragmentada, ou seja, aqueles que se dedicavam mais exclusivamente ao ensino em salas multisseriadas, apresentaram maior incidência de indicadores de estresse e ansiedade.
Souza & Coutinho, 2018	Um estudo de natureza exploratória, descritiva e explicativa, com abordagem quantiqualitativa, foi conduzido junto a 32 professoras de três escolas municipais localizadas em Olinda (PE). Os resultados revelaram que 62,4% das participantes entrevistadas já necessitaram se ausentar de suas atividades profissionais devido a problemas de saúde. Os sentimentos predominantes relatados foram preocupação e tristeza, com uma incidência de 62,4%, seguidos de sentimentos de incapacidade, com 43,75%, e ansiedade, com 31,2%.
Tostes <i>et al.</i> , 2018	Um estudo transversal sobre o sofrimento mental foi realizado com uma amostra de 1.021 professores do ensino público do estado do Paraná. Na amostra, foi identificada uma prevalência de 75% de Distúrbios Psíquicos Menores. Além disso, 9,73% dos professores relataram algum tipo de adoecimento mental, enquanto sintomas depressivos foram observados em 44,04% da amostra, dos quais 25,06% foram diagnosticados com depressão leve (disforia) e 18,98% com depressão moderada ou grave. Por outro lado, 29,89% dos participantes apresentaram níveis mínimos de ansiedade. Observou-se que o sofrimento psíquico foi mais prevalente entre as mulheres e esteve associado a um elevado número de turmas, à prática de levar trabalho para casa e a uma maior jornada de trabalho.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme evidenciado, as condições laborais enfrentadas pelos profissionais da educação têm experimentado mudanças substanciais adversas, as quais impactam diretamente tanto no desempenho profissional quanto nas esferas pessoais. É crucial reconhecer que a saúde física e mental dos docentes exerce uma influência significativa na qualidade do processo de ensino e aprendizagem. No entanto, a sociedade, o ambiente escolar e o contexto político-legal continuam a subestimar a extensão dos danos associados ao adoecimento desses profissionais.

Considerando que a saúde é um elemento indispensável no exercício da atividade docente, é fundamental reconhecer que os professores são seres humanos que possuem um

corpo físico e emocional que também requerem atenção e cuidado. Conforme destacado por Sousa (2023, p. 3), “nos tornamos humanos pelo trabalho e nos humanizamos também por ele. Contudo, nas relações entre capital, trabalho e seres humanos, também ocorre deseducação, desqualificação e desumanização”.

Assim, a fim de assegurar que a sociedade brasileira conte com alunos saudáveis e plenamente capazes de aprender, é imprescindível zelar pelo bem-estar dos professores, os quais desempenham um papel fundamental nesse processo. Para transcender essa situação, torna-se necessário promover ampla discussão e implementação de diversas mudanças relacionadas às condições laborais e aos direitos trabalhistas. O suporte integral ao professor deve constituir um aspecto constante nas práticas educacionais e nos diálogos entre os órgãos governamentais e as diversas esferas das classes trabalhadoras.

#### **4. Considerações Finais**

Para Azevedo (2021, p. 96), existe um consenso difundido, especialmente entre os teóricos liberais clássicos, acerca do papel central desempenhado pela educação como um instrumento público com potencial civilizador e como um meio essencial para a formação de cidadãos. A educação não se limita meramente a um domínio do Estado, mas representa uma conquista popular, alcançada mediante intensas disputas com a própria estrutura estatal, personificada pelo bloco histórico dominante, uma coalizão de classes sociais historicamente influentes, configurada por meio de lutas sociais. Contudo, as políticas neoliberais para a educação adotam uma abordagem regressiva ao rejeitarem o caráter público deste domínio.

A contemporânea realidade sociopolítica do século XXI delinea uma lacuna notável entre a autodefinição do Estado como guardião dos direitos sociais e sua capacidade efetiva de intervenção, ocasionando a negligência de obrigações relacionadas ao bem-estar coletivo, à proteção dos direitos individuais e à oferta e qualidade dos serviços públicos essenciais. Neste contexto, a educação surge como um agente central, submetido aos preceitos competitivos, pragmáticos e utilitaristas do neoliberalismo, sendo primordialmente instrumentalizada para suprir as demandas do mercado de trabalho. Tal instrumentalização resulta em uma abordagem predominantemente técnica e na mera transmissão de conhecimentos, afastando-se do propósito fundamental de fomentar o desenvolvimento integral do indivíduo como um cidadão ético e consciente de suas responsabilidades cívicas (Araújo *et al.*, 2022, p. 388).

No contexto das transformações estruturais que ocorreram no Estado brasileiro durante a década de 1990, as orientações estabelecidas para a educação e para a prática docente foram delineadas com uma perspectiva predominantemente voltada para considerações de natureza econômica. A mercantilização do ensino intensificou as pressões para redução de custos e maximização da eficiência, enquanto avaliações de desempenho quantitativas exercem pressão sobre os docentes, compelindo-os a atingirem metas específicas, frequentemente à custa de componentes qualitativos da educação. Para Bernardes (2015, p. 35),

[...] tais elementos demonstram o aprofundamento das políticas de cunho neoliberal e a forma como elas são utilizadas para capitanear a

educação e alienar o trabalho docente, reduzindo ainda mais o controle e a liberdade dos professores de exercer sua autonomia e alienando os frutos do trabalho educativo em favor de interesses hegemônicos.

Adicionalmente, as políticas destinadas a valorizar o corpo docente foram concebidas dentro desse mesmo contexto, restringindo-se à promoção da cultura do desempenho e à manipulação da subjetividade dos professores, com o intuito de fomentar uma postura passiva e colaborativa em relação aos objetivos da reforma educacional (Maroneze, 2011, p. 68).

Este movimento neoliberal trouxe consigo o ideário da iniciativa privada para o interior das escolas públicas, assumindo um consenso ideológico da globalização, da linguagem do mercado e suas técnicas de gerenciamento. É a tentativa de substituir o tal “fracasso escolar” da escola pública pela “qualidade total” das iniciativas privadas. Neste contexto de crise do capital, o neoliberalismo aparece como uma possibilidade de reestruturação do Estado capitalista na tentativa de superação dessa crise. (Araújo *et al.*, 2022, p. 393)

No contexto das políticas educacionais adotadas durante os ajustes neoliberais, há uma suposta ênfase na valorização do trabalho docente. Contudo, verifica-se que tais diretrizes, ao mesmo tempo em que reconhecem a importância do papel dos professores na condução das transformações educacionais, tendem a reduzir essa função a uma série de tarefas rotineiras e fragmentadas. Esse cenário conduz os docentes a relações alienantes, as quais têm o propósito de minar a coesão e a mobilização coletiva da categoria, limitando sua capacidade de engajamento na defesa dos direitos sociais e na promoção de melhores condições de trabalho (Maroneze, 2011, p. 64).

É preciso acabar com a duplicidade pela qual, ao mesmo tempo em que se proclamam aos quatro ventos as virtudes da educação exaltando sua importância decisiva num tipo de sociedade como esta em que vivemos, classificada como “sociedade do conhecimento”, as políticas predominantes se pautam sempre pela busca da redução de custos, cortando investimentos. Faz-se necessário ajustar as decisões políticas ao discurso imperante. (Saviani, 2007, p. 75)

Segundo Gomes (2013, p. 166), a trajetória histórica do capitalismo evidencia sua incapacidade em estabelecer uma sociedade livre de exclusões. Nesse contexto, o Estado, sob a influência do capital, assume o papel de gerir os interesses da classe burguesa, indicando a exaustão de sua capacidade civilizatória. Estrategicamente, a busca pelo socialismo implica na defesa dos direitos à educação, saúde, emprego, cultura e aposentadoria em uma esfera verdadeiramente pública, visto que é somente nesta que os direitos sociais se concretizam.

Dentro deste contexto, a educação é concebida não apenas como um direito, mas também como uma ferramenta poderosa para a mudança social. Ela é entendida como um processo contínuo de conscientização, igualdade e solidariedade, considerado fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária.

No âmbito da racionalidade do mercado, a sociedade contemporânea é caracterizada por antagonismos, nos quais a produção é ampliada mediante uma diminuição da quantidade de trabalho, resultando na coexistência de riqueza e miséria (Gomes, 2013, p. 160). Portanto, em busca da verdadeira emancipação humana, torna-se imprescindível transcender as limitações inerentes ao liberalismo, com o propósito de atingir uma ordem social mais equitativa.

As soluções para esta problemática parecem residir em mecanismos mais robustos de proteção social e redistribuição de recursos, conforme defendido por teorias como o socialismo e o comunismo. A perspectiva marxista da educação transcende a simples transmissão de conhecimento, sendo concebida como um instrumento essencial para a emancipação e a transformação social. Esta abordagem, enraizada em princípios voltados para promover a conscientização de classe, a igualdade de oportunidades e o empoderamento coletivo, destaca-se por seu engajamento crítico com as estruturas de poder e exploração inerentes ao sistema capitalista.

## Referências

ARAÚJO, Hugo Lima *et al.* O Estado neoliberal e a precarização do trabalho docente. *In*: CASTRO, Paula Almeida de *et al.* (org.). **Escola em tempos de conexões**. Campina Grande: Realize, 2022. v. 3, p. 386-403.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

AZEVEDO, Mário. Liberalismo, neoliberalismo e educação. *In*: AZEVEDO, Mário. **Liberalismo, neoliberalismo e educação: a escola cooperativa de Maringá – uma experiência de Charter School?**. Maringá: Eduem, 2021. cap. 2, p. 71-100. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/q6ggp/05>. Acesso em: 1 dez. 2023.

BARROS, Cláudia *et al.* Precarização do trabalho docente: reflexões em tempos de pandemia e pós pandemia. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4975>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BERNARDES, Adilson. Hegemonia neoliberal, precarização do trabalho docente no ensino público do estado de São Paulo e adoecimento: uma análise a partir de Ourinhos-SP. **Pegada: A Revista da Geografia do Trabalho**, Presidente Prudente, v. 16, ed. 40, p. 29-40, 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3529>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Zahar, 1998.

CITELLI, Adilson (org.). **Comunicação e educação: dinâmicas midiáticas e cenários escolares**. Ilhéus: Editus, 2021. 229 p. v. 7. Disponível em: <http://www.uesc.br/editora/catalogo/2021/comunicacao-e-educacao-vol-7.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

FERRARO, Alceu. Liberalismos e educação: ou por que o Brasil não podia ir além de Mandeville. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 308-395, 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a09.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2023.

GOMES, Marco. O liberalismo e a privatização da educação: a impossibilidade da democracia. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 12, n. 48, p. 153-167, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640014>. Acesso em: 2 dez. 2023.

INSTITUTO PENÍNSULA. **Desafios e perspectivas da educação: uma visão dos professores durante a pandemia**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Pulso-Volta-as-Aulas.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2022.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARONEZE, Luciane. A precarização do trabalho docente no contexto da reorganização capitalista e das mudanças na legislação educacional brasileira pós 1990. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 58-70, 11 dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9403>. Acesso em: 1 dez. 2023.

MOURA, Juliana da Silva *et al.* A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 19, n. 40, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1242/1421>. Acesso em: 20 jun. 2022.

NASCIMENTO, Kelen Braga do; SEIXAS, Carlos Andrade. O adoecimento do professor da educação básica no Brasil: apontamentos da última década de pesquisas. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 36, 22 set. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/36/o-adoecimento-do-professor-da-educacao-basica-no-brasil-apontamentos-da-ultima-decada-de-pesquisas>. Acesso em: 17 jun. 2022.

PAIVA, Vanilda *et al.* Revolução educacional e contradições da massificação do ensino. **Contemporaneidade e educação**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 44-99, 1998.

PALHARES, Isabela. Casos de violência e ameaças aumentam 48% em escolas de São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 abr. 2022. Educação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/04/casos-de-violencia-e-ameacas-aumentam-48-em-escolas-de-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 11 jun. 2022.



SALAS, Paula. Pesquisa: educadores relatam melhora na saúde mental em comparação com 2020. **Nova Escola**, [s. l.], out. 2021. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/20696/pesquisa-educadores-relatam-melhora-na-saude-mental-e-receios-para-a-retomada-presencial-das-atividades>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SALDAÑA, Paulo. Políticas da educação de Bolsonaro são retrocessos, diz movimento com 18 organizações. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 maio 2022. Educação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/05/politicas-da-educacao-de-bolsonaro-sao-retrocessos-diz-movimento-com-18-organizacoes.shtml>. Acesso em: 17 jun. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e Cidadania**. Campinas: Alínea, 2007.

SOUSA, Joceli. O trabalho docente precarizado e sua relação com a expansão do capital. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 23, p. 1-20, 10 dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8670555>. Acesso em: 2 dez. 2023.

TAFFAREL, Celi; NEVES, Márcia Luzia Cardoso. Tendências da educação frente à correlação de forças na luta de classes: uma análise do governo Bolsonaro na perspectiva educacional. **Estudos IAT**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 310-329, 2019. Disponível em: <http://estudiosiat.sec.ba.gov.br/index.php/estudiosiat/article/view/153>. Acesso em: 15 jun. 2022.